

(i) contratos de garantia financeira, (iii) compromissos de ceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio de resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo passivo ser gerenciado ao valor justo.

3.2.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa em moeda nacional, caixa em moeda estrangeira (convertido pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço), depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo (certificados de depósito bancário (CDB), fundos de renda fixa referenciados DI e outros), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidas com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos de longo prazo ou outro propósito. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são instrumentos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR), reconhecendo juros de acordo com o prazo incorrido.

3.3.Títulos e valores mobiliários

Incluem instrumentos financeiros adquiridos com a finalidade de: obtenção de rendimento, valorização de capital e gestão do caixa excedente com a aplicação em ativos financeiros que podem ser resgatados antes do vencimento, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Podem ser classificados em 03 modalidades e suas respectivas características de mensuração:

•Títulos mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

•Títulos mantidos até o vencimento – mensurados custo amortizado, com reconhecimento dos juros efetivos.

•Títulos disponíveis para a venda – mensurados pelo valor justo, com variações reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Os referidos instrumentos financeiros foram alocados nesta classificação para atender determinados requisitos negociais das operações da Companhia.

3.4.Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas estimadas com crédito (PEC) são constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração (perda esperada), representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso.

3.5.Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6.Investimentos em controlada

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada.

3.7.Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (I) o custo de materiais e mão de obra direta; (II) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (III) os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisos a cada encerramento de exercício financeiro, desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As classes de bens e taxas de depreciação da Companhia estão descritas na nota explicativa 11.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de imparidade)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para fins de avaliação do teste de imparidade, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.8.Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9.Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis. As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for no período inferior a um ano (ou no ciclo normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário estes saldos são apresentados como passivos não circulantes.

3.10.Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que tem instrumentos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos ou, nos casos de empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição de ativos, efetuou o reconhecimento dos custos na composição do valor contábil do bem, atendendo os pronunciamentos técnicos.

3.11.Provisões (incluindo provisão para demandas judiciais)

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à

obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.12.Benefícios e empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Sociedade incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, à medida que são incorridos.

3.13.Imposto de renda e contribuição social correntes

A Sociedade é tributada pelo regime de lucro real. De acordo com este regime de tributação, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a carga tributária sobre o lucro corrente.

Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada no fim do exercício.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.14.Reconhecimento de receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida com base em um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Sociedade reconhece receita quando: (1) existe um contrato com o cliente; (2) são identificadas as obrigações de desempenho a serem atendidas em conexão ao contrato (produtos a serem entregues aos clientes); (3) mensuração do valor do contrato; (4) alocação do valor do contrato às respectivas obrigações de desempenho; (5) determinação da época do reconhecimento de receita (geralmente mediante a transferência dos riscos e benefícios da propriedade dos produtos, mediante respectivo embarque e emissão das notas fiscais de vendas, levando em consideração os incoterms). Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

3.15.Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, juros e descontos recebidos, os quais são registrados através do resultado do exercício.

3.16.Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros. Custos dos empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa de juros efetiva.

3.17.Demonstrações do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC. Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se do método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

•Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Sociedade e outras atividades que não são de investimento e financiamento.

•Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

•Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3.18.Novas normas emitidas ainda não adotadas

Pronunciamentos que foram recentemente emitidos mas cuja aplicação ainda não tenha sido mandatória não foram adotados pela Companhia. A Administração está avaliando os potenciais impactos desses pronunciamentos e, com base nas informações atualmente disponíveis, não espera efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

A vigência deste Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027. Este Pronunciamento substitui o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e não terá impactos em reconhecimento ou mensuração de itens da demonstração financeira, mas sim em sua apresentação e divulgação.

Esta norma introduz cinco categorias na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes: operacional, de investimento, de financiamento, de tributos sobre o lucro e de operações descontinuadas. A norma introduz dois subtotais obrigatórios na demonstração: "Lucro ou prejuízo operacional" e "Lucro ou prejuízo antes de financiamento e tributos sobre o lucro". Existem também novos requisitos de divulgação para "medidas de desempenho definidas pela administração", como o "Lucro ou prejuízo operacional antes de depreciação, amortização e reduções ao valor recuperável no alcance do CPC 01". A norma fornece orientações aprimoradas sobre o agrupamento de informações (agregação e desagregação), incluindo se essas informações devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras principais ou nas notas explicativas. A Companhia adotará essa norma a partir de 1º de janeiro de 2027 (data de vigência) e espera-se que haja uma mudança significativa no formato da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

Outras alterações / pronunciamentos adicionais:

Modificações às Normas Contábeis	Vigência	Alterações
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Ajustes pós-implementação na classificação de ativos, baixa de passivos e ampliação de divulgações.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11.	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Alterações pontuais para esclarecimentos e alinhamentos em diversas normas.
Contratos de energia	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Eclarecimentos, possibilidade de uso de hedge e novas divulgações para contratos de energia (PPAs).
Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada.	Permite divulgações reduzidas para subsidiárias elegíveis; atualização amplia o escopo de normas/alterações incorporadas.
Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada.	Altera regras de conversão e divulgações quando a moeda de apresentação por hiperinflacionária.
Venda ou Contribuições de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto	Indefinida	Regras sobre reconhecimento de ganhos em transações com associadas/joint ventures, com ênfase na definição de "negócio"

4.Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Caixa fundo fixo (i)	21	29
Bancos conta movimento – moeda nacional (i)	3.312	14.555
Aplicações financeiras (ii)	27.245	12.569
	30.578	27.153

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Caixa fundo fixo	21	29
Bancos conta movimento – moeda nacional	3.312	14.555
	3.333	14.584

(i)Detalhamento de aplicações financeiras:

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os depósitos bancários disponíveis e investimentos financeiros de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrição de uso. São mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outras finalidades.

(ii)Detalhamento de aplicações financeiras vinculadas:

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Investimento em CDB – DI	11.227	5.674
Outros investimentos	16.018	6.895
	27.245	12.569

O saldo acima referem-se a aplicações financeiras vinculadas a garantias e/ou operações financeiras da companhia, motivo pelo qual tais valores não são considerados na composição final da demonstração dos fluxos de caixa.

5.Títulos e valores mobiliários

Detalhamento dos títulos e valores mobiliários:

Descrição	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Outros investimentos	1.088	2.052	4.688
	1.088	2.052	4.688

6.Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Contas a receber – Nacional	141.407	78.884
Contas a receber – Exportações	550	550
	141.957	79.434

Representação por ordem de vencimento

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
A vencer	97.951	27.320
Vencidos		
1 a 30 dias	18.073	4.253
Acima de 31 dias	25.933	47.860
	141.957	79.434

7.Estoques

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Estoque em poder de terceiros	687	8.294
Mercadorias para revenda	4.221	4.704
	4.908	12.998

8.Tributos a recuperar

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	1.152	978
ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços	3.931	2.100
CSRF – Contribuições sociais retidas na fonte	385	356
IPI – Impostos sobre produtos industrializados	-	7.800
PIS – COFINS – Ação	29.605	31.445
Demais tributos	549	79
	35.622	42.758

Segregação de curto e longo prazo

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Curto prazo	6.088	12.285
Longo prazo	29.534	30.473
	35.622	42.758

9.Outros créditos

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	92.259	134.637
Adiantamento a colaboradores	17	2
Despesas antecipadas	4.407	4.165
Demais créditos	15.911	21.711
	112.594	160.515

No saldo acima de outros créditos, são valores enviados como antecipações aos fornecedores dos quais a companhia tem processo de importação em andamento.

Segregação de curto e longo prazo

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Curto prazo	107.771	155.784
Longo prazo	4.823	4.731
	112.594	160.515

10.Partes relacionadas

Ativo

10.1.Créditos com partes relacionadas – Empréstimos e mútuos

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Guilherme Picard	9.172	2.578
	9.172	2.578

Passivo

10.2.Débitos com partes relacionadas – Empréstimos e mútuos

Descrição	Controladora	
	2025	2024
Samaren Energia S.A.	11.062	-
	11.062	-

10.3.Remuneração das pessoas chaves da Administração

A Companhia considera como pessoas chave da Administração os membros da Diretoria executiva e outros executivos que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dessas pessoas chaves inclui benefícios de curto prazo e de longo prazo, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Controladora	
	2025	2024
Remuneração fixa	2.640	2.468
Remuneração variável	3.360	1.881
	6.000	4.349

11.Investimentos

11.1.Investimento – Participação Societária - Samaren

Descrição	Controladora	
	%	2025
Samaren Energia S.A.	99,9998%	6.170
	-	6.170

Descrição	2025	
	Transferência – Aporte (a)	Imobilizado Líquido
Samaren Energia S.A.	6.088	82
	6.088	82

(a) A empresa Samaren Energia S.A. foi constituída em agosto de 2025, mediante aporte de capital realizado por sua controladora, Savixx Comércio Internacional S.A. O referido aporte foi efetuado por meio da integralização de ativo imobilizado, devidamente registrado e transferido para composição do capital social da Samaren Energia S.A., em conformidade com os atos societários formalizados entre as partes.

Dessa forma, a constituição da investida e a correspondente integralização do capital social foram refletidas contabilmente nas demonstrações financeiras do exercício de 2025.

12.Imobilizado líquido

Controladora

Posição do ativo imobilizado em 2025 e 2024:

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Anos Vida Útil	2025	2024
			Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	Indefinida	12.019	11.097
Edificações	4%	25	41.600	41.600
Máquinas e equipamentos	10%	10	806	1.072
Móveis e utensílios	10%	10	374	366
Benefetorias em imóveis / terceiros	10%	10	33.139	30.079
Computadores e acessórios	20%	5	215	195
Imobilizado em Andamento	-	-	13.242	3.738
Veículos	20%	5	227	227
Depreciação			(7.566)	(1.940)
			94.056	86.434

Movimentação do ativo imobilizado em 2025:

Descrição

de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

18.Patrimônio líquido

18.1.Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social no valor de R\$ 16.379 (R\$ 15.809 em 2024) subscrito e integralizado, representado por 6.084 (5.873 mil em 2024) ações ordinárias nominativas distribuída conforme demonstramos a seguir:

Composição 2025

Acionista	No. Quotas (mil)	% de participação
Guilherme Picard	3.650	60 %
Miguel Flores da Cunha	2.434	40 %
	6.084	100 %

Composição 2024

Acionista	No. Quotas (mil)	% de participação
Guilherme Picard	3.524	60 %
Miguel Flores da Cunha	2.349	40 %
	5.873	100 %

18.2.Reserva legal

A Reserva Legal é uma reserva de lucros obrigatória para as sociedades por ações, constituída com 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. Seu objetivo é garantir a solidez financeira da empresa e proteger o capital contra eventuais prejuízos. Se a empresa possuir reservas de capital que, somadas à reserva legal, ultrapassem 30% do capital social, a constituição da reserva legal pode ser dispensada. Ela pode ser utilizada para absorção de prejuízos não cobertos por outras reservas e aumento do capital social por meio da capitalização da reserva. A reserva legal não pode ser utilizada para pagamento de dividendos aos acionistas. A reserva legal está prevista no artigo 193 da Lei no 6.404/76 (Lei das S.A.), que define sua obrigatoriedade e os limites de constituição e utilização. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da conta de reserva legal era no montante de R\$ 533 (R\$ 533 em 2024).

18.3.Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar foi constituída pelos direitos creditórios das ações do IPI e PIS/COFINS, que resultou no montante de R\$ 37.558 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018, parte dessa reserva se realizou e decorrente disso houve distribuição de dividendos. Dessa forma, o saldo de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 31.003 (R\$ 31.003 em 2024).

19.Receita de contratos com clientes

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Venda de mercadorias e produtos	1.119.470	1.192.960
Prestação de serviços	45.831	3.863
(-) Impostos municipais e estaduais (ISS e ICMS)	(57.757)	(58.104)
(-) Impostos federais (PIS, COFINS e IPI)	(85.127)	(87.807)
(-) Devoluções de vendas	(17)	(151)
Total de receita líquida	1.022.400	1.050.761

20.Custos e despesas

Detalhamento por função:

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Custos dos produtos vendidos	(961.222)	(1.030.640)
Administrativas, comerciais	(41.953)	(28.070)
Outras receitas (despesas)	1.366	1.093
Total	(1.001.809)	(1.057.617)

Detalhamento por natureza:

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Material	(961.221)	(1.030.640)
Pessoal	(10.006)	(7.026)

Depreciações

Viagens

Combustível

Outros

Créditos tributários

Total

21.Resultado financeiro

Receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Outras receitas financeiras	21.677	25.448	21.797
Juros ativos	3.128	1.072	3.128
Variações cambiais ativas	23.078	26.392	23.078
Total	47.883	52.912	48.003

Despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Juros passivos	(26.929)	(11.000)	(26.929)
Variações cambiais passivas	(32.465)	(17.467)	(32.465)
Despesas bancárias	(1.400)	(1.038)	(1.400)
Outras despesas financeiras	(15.418)	(16.909)	(15.430)
Total	(76.212)	(46.414)	(76.224)
Resultado financeiro	(28.329)	6.498	(28.221)

(*) Nota Técnica

Reflexo da variação cambial no cálculo do EBITDA:

Importante destacar que na margem de contribuição bruta das vendas, a variação cambial compõe a formação do preço e admitindo que a sua contrapartida se dá em seu resultado financeiro, temos a necessidade calcular o "EBITDA AJUSTADO", onde elimina-se o efeito duplicado neste cálculo, do valor efetivamente contabilizado de variação cambial na Rubrica de Despesas Financeira.

Segue abaixo o reflexo deste indicador, levando-se em consideração o impacto desta variação cambial:

Descrição	Resultado exercício	EBITDA	EBITDA AJUSTADO
Receita líquida	1.022.400	1.022.400	1.022.400
CPV	(961.222)	(961.222)	(961.222)
Despesas gerais	(34.880)	(34.881)	(34.880)
Depreciação	(5.625)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro	20.673	26.298	26.298
Resultado financeiro (outros)	(18.942)	-	-
Resultado financeiro (variação cambial)	(9.387)	-	(9.387)
Resultado exercício	(7.656)	-	-
EBITDA / EBITDA AJUSTADO		26.298	16.911

Demonstrado acima o reflexo da variação cambial no cálculo do EBITDA, temos o EBITDA positivo de R\$ 26.298, no cálculo prejudicado pelo reflexo duplo da Variação Cambial e quando o ajustamos levando em consideração excluir a variação cambial, temos um EBITDA positivo de R\$ 16.911

22.Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

22.1.Memória de cálculo do imposto de renda e contribuição social corrente:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.655)	(358)	(7.630)
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social apurado	-	-	-
Adições e exclusões temporárias	(21.641)	(22.691)	(21.641)
Imposto de renda e contribuição social apurado	-	-	-
Outros	-	-	(26)

23.Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24.Instrumentos financeiros

Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos bancários, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i)Política de gestão de riscos financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii)Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(iii)Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Risco de taxas de câmbio

A Sociedade está exposta a flutuações nas taxas de câmbio, que podem aumentar os saldos de passivos em moeda estrangeira. Portanto, a Sociedade mantém controles internos, visando capturar estas variações das taxas de câmbio em seus passivos, de modo que os possíveis prejuízos possam ser mitigados.

(iv)Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade aplica os pronunciamentos técnicos CPC, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos estão escritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Composição de 2025

Descrição	Saldo contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	30.578	30.578	-	-
Contas a receber de clientes	141.957	141.957	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	9.172	9.172	-	-
Fornecedores	76.660	76.660	-	-

Composição de 2024

Descrição	Saldo contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	27.153	27.153	-	-
Contas a receber de clientes	79.434	79.434	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	2.578	2.578	-	-
Fornecedores	80.791	80.791	-	-

Eventos subsequentes

Em 27 de março de 2026, a Companhia concluiu uma operação de sale and leaseback de seu armazém de malte junto à SFI SLB Fundo de Investimento Imobiliário Ltda., contemplando opção de recompra ao término do contrato.

Como consequência da transação, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis aplicáveis à operação e utilizou parte relevante dos recursos obtidos para a liquidação antecipada das debêntures emitidas para a construção do referido armazém, bem como para a amortização de determinadas linhas de financiamento existentes na data da operação.

A Administração avaliou os impactos decorrentes desse evento e concluiu que não existem outros fatos subsequentes que demandem ajuste ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

14292 SAVIXX - DEMONSTRACOES FINANCEIRAS - BALANCO.pdf

Código do documento: 14292



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

24 jun. 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 14292

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2026-06-24T00:02:47-03:00

24 jun. 2026, 00:02:47 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-06-24T00:02:47-03:00

24 jun. 2026, 00:02:47 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-06-24T00:02:47-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 138bf8348583f2143a3de90441c775df940c70c0675b1600579b9e07dd143aa6

[SHA512]: ccF70e583770d3a2be333d895e12c7d313bce066f349af13ebd1a2a82b4b594635bacc31aeba369dba0622faacff2c7eccc59e1875ce87b7e01f53d5fffb8de19

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB